

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício nº. 06 /2024-GAB/PRES/CMM

Macapá-AP, 20 de junho de 2024.

A Sua Excelência o Senhor ANTONIO PAULO DE OLIVEIRA FURLAN Prefeito Municipal de Macapá

Assunto: Encaminhamento de Redação Final

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, com base no Art. 203 da Lei Orgânica Municipal, encaminhamos à apreciação a Redação Final do Projeto de Lei nº 063/2024-CMM, Aprovado por esta Casa de Leis, em Reunião Ordinária realizada no dia 20 de junho de 2024.

Atenciosamente,

MARCELO DIAS Presidente/CMM





Nº PROC.: 01900 - PLO 063/2024 - AUTORIA: Ver. Odilson Nunes

PROJETO DE LEI Nº 063 / 2024 - PMM

REDAÇÃO FINAL

CRIA A POLÍTICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Política de Acesso ao Ensino Superior para Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social e Econômica por meio de incentivo a cursinhos populares e comunitários.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se cursinho popular e comunitário a entidade sem fins lucrativos que ofereça a estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - e para vestibulares.

Art. 2º São objetivos da política de que trata esta lei:

- I incentivar a educação popular e promover o acesso de estudantes carentes ao ensino superior;
- II fomentar cursinhos populares e comunitários por meio de autorização de uso de espaços públicos adequados ao funcionamento de salas de aula;
- III desburocratizar procedimentos administrativos para a autorização de uso dos espaços públicos envolvidos nesta política de incentivo;
 - IV promover a integração entre a comunidade e o poder público municipal.
- Art. 3º Na implementação da política de incentivo criada por esta lei, serão observadas as seguintes diretrizes:
- I uso dos espaços públicos, objeto da autorização de uso, em dias e horários em que esses estiverem ociosos;
- II não interferência no funcionamento normal e regular dos espaços públicos, objeto de autorização de uso;
- III zelo e cuidado com o patrimônio público na utilização dos espaços públicos, objeto de autorização de uso;
- IV simplificação de procedimentos administrativos para autorização de uso de espaços públicos adequados ao funcionamento de cursinhos populares e comunitários.
 - Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em de de 2024.

ANTONIO PAULO DE OLIVEIRA FURLAN Prefeito Municipal de Macapá



